

ENCONTROS NO GLOBO

Saídas para a crise do desemprego

Crescimento, queda de juros, reformas e mudança na lei trabalhista foram as alternativas apresentadas no debate

Sonia Soares, Cristina Alves e Gustavo Villela

• Como combater a queda recorde do rendimento do brasileiro e o elevado desemprego no país? Economistas, líderes empresariais e sindicalistas, convidados para o segundo "Encontros no GLOBO/A Economia em debate" sob o tema "Emprego e renda", são unânimes: o Brasil precisa voltar a crescer. Para isso, deve baixar juros e, segundo alguns, aprovar as reformas, como a da Previdência.

Para o economista da UFRJ João Sabóia, a economia deve crescer no mínimo entre 3,5% e 4% para atenuar o desemprego. Mas ele diz que os juros hoje são astronômicos e que não espera crescimento a curto prazo. Sobre o

programa Primeiro Emprego, lançado pelo governo Lula, o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, vê perigos, como o de "desempregar o pai para empregar o filho". E propõe, em vez do Primeiro Emprego, a segunda bolsa-escola. Para Neri, o melhor seria dar crédito para o jovem continuar estudando. Ele argumenta: "87% dos que têm curso superior completo na população em idade ativa estão ocupados. Dos analfabetos, são 52%".

Já os presidentes da Vale do Rio Doce, Roger Agnelli, e da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ), Orlando Diniz, alertam que é preciso crescer, sim, para melhorar o mercado de trabalho, mas sem

inflação. Agnelli dá a fórmula: "O país tem pressa. Tem que terminar logo as reformas e voltar a crescer". Os dois defendem o microcrédito para estimular a economia e o Primeiro Emprego, que, para Diniz, pode afastar jovens do narcotráfico.

O secretário de Comunicação da CUT, Antonio Carlos Spis, aposta no crescimento, mas faz uma advertência: "De que adianta crescer 3,5% se tiver a sangria dos juros com o FMI?". Por isso, a CUT quer discutir os termos do novo acordo com o Fundo. Spis considera indispensável a preservação dos direitos trabalhistas. Ele critica a proposta de flexibilização que conta com o apoio da Força Sindical. E defende um novo contrato social, que

seja fruto das negociações do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

O secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna, defende uma campanha salarial conjunta com a CUT neste segundo semestre e uma pauta de reivindicações dirigida a empresariado e governo, visando a reaquecer a economia. Sobre a flexibilização das leis trabalhistas, ele rebateu as críticas de Spis: "A CLT não garante 50% dos trabalhadores". ■

▶ NO GLOBO ON LINE:

Ouça a íntegra do debate sobre Emprego e Renda

www.globo.com.br/economia

É preciso cortar juros

Fotos de Monica Imbuzeiro



SABÓIA: juro é astronômico

• O economista e professor da UFRJ João Sabóia diz que a economia brasileira precisa crescer no mínimo entre 3,5% e 4% para aliviar o desemprego no país, hoje em 12,8%. Surpreso com a queda recorde de 16,4% no rendimento do trabalhador num país que pode ter um crescimento este ano na casa de 1% apenas, Sabóia afirma que a piora no mercado de trabalho reflete uma política macroeconômica que, devido ao pagamento da dívida e aos altos superávits fiscais, não deixa a economia crescer.

— Se no fim da linha o governo mostrar que isso foi necessário e o país crescer os 3,5% no ano que vem e nos outros, será uma vitória. Mas hoje paga-se o que se deve de juro e a dívida continua crescendo.

Para Sabóia, como o país tem hoje "juros astronômicos", não há perspectiva de crescimento a curto prazo. Sobre o Primeiro Emprego lançado pelo governo Lula, ele critica a fórmula de dar dinheiro para a empresa contratar e vê perigos, "além do risco de desempregar o pai para empregar o filho".

— Primeiro se criaria emprego que seria gerado de qualquer maneira. E a segunda possibilidade é em-

pregar jovens amigos. Gosto da idéia de adiar, com um programa tipo bolsa, a entrada do jovem no mercado.

Segundo o economista, é preciso cortar juros para o Brasil voltar a crescer e criar empregos. Mas não só. Ele diz que o país deve combater as suas imensas desigualdades sociais.

— Por exemplo, a taxa de desemprego na Lagoa é um terço da taxa no Jacarezinho ou no Complexo do Alemão. O mais impressionante é um universitário morando na Maré, por exemplo, ganhar em média a oitava parte do que se morasse na Lagoa.

Sabóia sugere programas de geração de renda patrocinados por governos locais e prefeituras para atingir populações marginalizadas.

Flexibilizar a lei e investir

• Uma campanha salarial conjunta com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outras centrais para o segundo semestre e a elaboração de uma pauta de reivindicações políticas e econômicas a ser apresentada ao empresariado e ao governo para estimular o investimento e fazer a economia crescer. Essa foi a fórmula que o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, conhecido como Juruna, apresentou para aliviar a crise no emprego e a queda na renda.

A flexibilização das leis trabalhistas, defendida pela Força Sindical, também foi discutida:

— A Força aceita a negociação de trabalhadores, pelo sindicato, e empresários que ultrapasse a lei, para maior ou para menor, do que está na CLT, porque as garantias da CLT não pegam 50% dos trabalhadores. A maioria está fora da CLT — diz Juruna, rebatendo as críticas de Antonio Carlos Spis, da CUT.

Outra proposta é permitir que os trabalhadores urbanos e rurais tenham direito a um salário-mínimo com recursos do BNDES em troca da prestação de serviços de limpeza urbana,



JURUNA: mais qualificação

recuperação de vias públicas e pequenas reformas em edifícios públicos e obras em estradas vicinais e açudes.

Juruna defende também uma vinculação do seguro-desemprego a programas de qualificação profissional.

Segundo o líder sindical, além da aceleração na queda das taxas de juros, as centrais pretendem pedir ao governo investimentos em infra-estrutura e uma nova discussão sobre o pagamento da dívida pública.

— O governo terá de repensar a sua política de pagamento de dívida. Quer dizer, renegociar e, com isso, quem sabe, a gente pode ter uma geração de emprego melhor — diz Juruna.

Reformas para crescer

• Fazer a lição de casa, já, aprovando as reformas da Previdência, tributária, trabalhista e política. Esta é a recolta do presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Roger Agnelli, para o país voltar a crescer, sem inflação, reduzir o desemprego e gerar poupança interna.

— Pagamos preço elevado para chegar até aqui. Se formos ao interior e nas grandes capitais, o problema social é grave. Falta pouco para terminar nossa lição de casa. O país tem pressa. Tem que terminar logo as reformas e voltar a crescer.

Além delas, Agnelli diz que o Brasil precisa mudar de mentalidade, "sair da pequenez". Ele defende o incentivo a investimento na microempresa. Cita uma firma que gera dez empregos e vai passar a ter cem vagas.

— Ela tem que ter vantagem. Dê um financiamento, não subsidiado, de prazo longo, com juro que possa estimular o investimento. Se pensar no microcrédito como uma redução de custo de capital para estimular o crescimento, é positivo.

Dando como exemplo a Vale, que, segundo Agnelli vai investir nos próximos seis anos perto de US\$ 6 bilhões e sair de 21 mil a 22 mil empregos para mais de



AGNELLI: reformas urgentes

60 mil, o executivo diz que para sustentar esse crescimento é preciso ter um custo de capital (juro) baixo.

— O custo da Vale é no mínimo duas vezes maior que o das concorrentes, porque a percepção de risco do país é elevada. Então, para crescer mais, é preciso terminar as reformas.

Sobre o Primeiro Emprego, Agnelli diz que ele pressupõe o crescimento. Do contrário, não é possível incluir jovens no mercado de trabalho. Ele também vê de forma crítica a reforma tributária:

— Temos que ter inclusão social, mas também inclusão fiscal. Não podemos admitir essa exclusão fiscal: metade paga e metade não paga. Daqui a pouco, o último que pagar é que vai apagar a luz.

Preservar direitos

• O crescimento econômico será indispensável para gerar empregos e recuperar a renda do trabalhador, avalia o secretário de Comunicação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Antonio Carlos Spis.

— Mas de que adianta ter um crescimento de 3,5% ao ano se tiver a sangria dos juros com o FMI?

Por isso, a CUT quer discutir os termos de um novo acordo com o Fundo.

Spis faz questão de dizer que o governo Lula se diferencia de seu antecessor por ter acabado com a prioridade ao mercado e ter privilegiado a inclusão social. Inclusão essa que, segundo ele, também se dará por meio da reforma da Previdência que, mesmo trazendo ônus para uma base importante da CUT, ele considera positiva.

O líder da CUT afirma ainda que é indispensável ampliar as mobilizações pelo país e lutar pela preservação dos direitos trabalhistas. No debate, ele critica a flexibilização proposta pelo então ministro do Trabalho Francisco Dornelles com o apoio da Força Sindical.

— Sabe o que a acontecer com essa exclusão social e com esse desemprego? Uma superexploração do trabalho. Felizmente nós evita-



SPIS: novos termos com o FMI

mos. É preciso ter direitos mínimos garantidos em lei. Senão, vira bandalheira.

O dirigente da CUT lembra ainda que é preciso evitar os acordos salariais com base na projeção de inflação futura.

Mas, apesar de tudo, Spis diz que está confiante

— Quero confessar para vocês que eu já comprei as entradas para esse espetáculo (do crescimento), quero assistir.

O representante da CUT sugere ainda programas semelhantes ao Moderfrota e Modercarga — linhas de crédito geridas pelo BNDES para renovação da frota nacional de tratores e máquinas agrícolas e caminhões — em outros setores para aumentar investimentos

Opção pela segunda bolsa

• Em lugar do Primeiro Emprego, a segunda bolsa-escola. A proposta é do economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo ele, ao lançar o Primeiro Emprego o governo acertou o loco — já que nessa faixa se concentra o desemprego — mas discorda que essa seja a melhor solução. Em vez de dar dinheiro para a empresa contratar o jovem, o melhor seria dar o crédito para que ele continuasse estudando. Dessa maneira, estaria mais bem preparado, além de não correr o risco de desempregar um chefe de família.

— Os jovens vão ter uma esperança, talvez uma falsa esperança, porque não é o momento de dizer "venham ao mercado de trabalho". É hora de dizer: fiquem nos bancos escolares.

E investir para que esses jovens tenham melhor formação é fundamental

— O atraso escolar no Brasil é uma praga, um problema sério. As pessoas chegam ainda hoje aos 16, 18 anos, com uma baixíssima escolaridade.

E, com estudo, o retorno é garantido, lembra Neri: — Oitenta e sete por cento dos que têm curso superior completo na população em



NERI, da FGV: ainda otimista

idade ativa estão ocupados. Dos analfabetos, são 52%.

Neri lembra que o Brasil aderiu à resolução da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que proibe o trabalho até os 16 anos:

— Como você proíbe até os 16 anos e, daí em diante, empurra o jovem para o mercado de trabalho?

O economista defende que o próprio jovem escolha se preferir estudar para trabalhar ou estudar.

Apesar da crítica, Neri se diz um otimista condicionado. E explica:

— 2004 talvez pareça um pouco 2000, com geração de emprego formal, com mais exportações... Só espero que no fim de 2004 não tenha um 2001 (ano do racionamento).

À espera do espetáculo

• O desalio do Brasil será crescer sem inflação e, a partir daí, gerar empregos, diz o presidente da Fecomércio-RJ, Orlando Diniz. Segundo o empresário, a queda das vendas no comércio nos últimos meses é o retrato da deterioração do poder de compra dos trabalhadores.

Na opinião de Diniz, a redução da oferta de crédito, a queda do poder de compra dos trabalhadores, o desemprego e a elevada carga tributária são os principais fatores que derrubaram as vendas.

O presidente da Fecomércio-RJ vê com bons olhos a criação do Primeiro Emprego, o que pode, segundo ele, afastar muitos jovens da marginalidade e do narcotráfico, sobretudo nas grandes cidades.

— O comércio, que já é o principal empregador com carteira assinada no Estado do Rio, é o caminho natural para a inserção dos jovens no mercado de trabalho — arremata — Principalmente jovens de comunidades carentes, uma vez que a mão-de-obra necessária ao comércio pode ter nível de escolaridade mais baixo e sem tanta experiência prévia.

Diniz elogiou também a iniciativa do governo de lan-



DINIZ: inserção pelo comércio

çar o programa de microcrédito e lembrou que o dinheiro investido em micro e pequenas empresas gera duas vezes mais empregos que o investido em empresas de grande porte.

O presidente da Fecomércio-RJ, no entanto, ressalva que é indispensável melhorar a qualificação da mão-de-obra

— Sem crescimento, vamos ter desempregados com diploma e desempregados sem diploma.

E finaliza: — Nós aguardamos o início do espetáculo do crescimento. O Brasil sabe como se cresce com inflação. Aprender a não crescer sem inflação. Agora, terá que aprender a crescer sem inflação